

QUAL É O MEU CAMINHO?

*Dedico este texto,
intencionalmente escrito de um jacto,
sem grandes retoques,
a quem nele sentir algo de seu também*

Há muitas pessoas que têm vergonha ou medo de falar de si próprias, entendendo mesmo que a postura ideal de um “cientista”, de um investigador, seria a da sua redução a zero, apagando-se perante a coisa estudada. Claro que essa atitude disfarça o seu contrário: o império da observação supostamente neutra sobre uma realidade supostamente asséptica. A minha perspectiva é a oposta. Observar, estudar, pensar, é um acto dialógico, e o conhecimento de um “autor” é um passo muito importante para perceber o seu trajecto, as suas opções, a sua própria “obra”.

Em Portugal sinto-me só. Tenho certamente muitos colegas altamente competentes e interessantes, nos seus respectivos domínios e campos de estudo. Mas não tenho nenhum professor, nenhuma pessoa com a qual possa dialogar permanentemente na esperança de ser ensinado, de me poder colocar na posição de aluno. Isto não é uma afirmação de superioridade – é uma constatação de facto, depois de muitos anos de procura, de esforços e tentativas. E também nada tem de original – quase todas as pessoas que pensam e trabalham neste país cedo ou tarde chegam a esta situação. Em geral não se pratica, realmente, qualquer tipo de interdisciplinaridade digna desse nome. Há monólogos, há conversas esporádicas interessantes, há reuniões de grupos organizados por especialidades, mas não há circulação transversal de ideias. Há algumas “vedetas” que falam na televisão, que têm acesso aos média (forma extremamente importante, hoje, de criar públicos e de promover nomes ou equipas – mas que são realidades isoladas, pelo menos internamente). A maior parte das pessoas estão encerradas nos seus códigos como em verdadeiros castelos feudais. Este aspecto castra em larga medida a criatividade universitária e do ensino superior em geral.

Posso apenas ouvir opiniões, sugestões, afirmações dos outros, tanto portugueses como estrangeiros (e aí há já muito “pano para mangas”), e em função disso balizar procuras, mas também estabelecer proximidades e distâncias.

Sei que o caminho daqui para a frente é quase tão parco de referências (pelo menos próximas, ou que venham ter comigo) como um deserto (tenho a certeza de que em grande parte essa desertificação é feita de inveja de uns, e de acanhamento de outros), e sei que é impossível adivinhar quando circunstâncias mais ou menos fortuitas irão determinar a sua interrupção definitiva, ou seja, a minha morte.

E, no entanto, sinto-me apenas, como todos os que indagam há bastante tempo, um estudante já um pouco avançado na idade (embora, creio, não velho!). Como uma pessoa que tivesse perdido muito tempo, involuntariamente (porque sempre procurei aproveitar cada bocadinho livre para pesquisar, para ler, para aprender), para o tanto que há sempre por fazer.

Só tarde descobrimos, por tentativa e erro, o trilho que procurávamos encontrar (ou melhor, que laboriosamente construímos, tendo agora a ilusão de que ele sempre esteve lá). Mas, não há nisso nada de trágico: vida e morte imbricam-se, e nenhum de nós é assim tão importante, ou imprescindível.

Que procuro, que tenho buscado ao longo destes anos todos? Não caindo demasiado no confessionalismo e na tentação auto-biográfica, procurarei sobretudo os traços esquemáticos da chamada actividade “intelectual”, com tudo o que isso tem de redutor... e de impossível de independentizar do meu trajecto de vida, contingente como todos.

Por que fui arqueólogo? Em parte porque, dentro da história (licenciatura escolhida, e iniciada em 1965, há portanto 40 anos) era a actividade de investigação que me podia pôr mais em contacto com a terra, com a união do corpo e do espírito, das mãos e do pensamento, para usar estas dicotomias tradicionais. E também com os outros. Mas sem dúvida que se houvesse na altura em Portugal um bom curso de antropologia cultural (ou social) teria hesitado, ou mesmo seguido este último.

As minhas “perguntas” essenciais vinham (e talvez venham ainda...) da minha educação católica, e mais concretamente da catequese. Nunca me interessei particularmente por história recente, mas sim pela chamadas “origens”, que hoje sei bem serem temas míticos, específicos da minha cultura ocidental de matriz judaico-cristã.

Origem do ser humano no seio dos outros primatas, em continuidade com a natureza (contrariando a narrativa bíblica, bela mas mítica, da criação); origem da complexidade social (seja o que for que tal signifique) e da proliferação dos sistemas culturais; origem do Estado, aparelho repressivo, que me habituei desde miúdo (porque vivi num Estado dito “fascista”) a achar uma das coisas mais estranhas e absurdas que nos podiam (seres humanos) ter acontecido – eis os meus temas iniciais, básicos. A obsessão da “história”, mas da história toda, dos seres vivos e da natureza. A narrativa da “criação” vista à luz da ciência, essa invenção ocidental recente.

Um espanto e uma revolta estão na base destas curiosidades: espanto pela estranheza do ser humano e seus “feitos”, positivos e negativos; revolta contra a autoridade não legitimada e, de uma forma geral, certo “fundo anarquista”, utópico, libertário, contra todas as formas de poder. Ou, se se quiser, por outras palavras: consciência (mais tarde acentuada pela leitura de Foucault) de que o poder está em todo o lado, joga-se todos os dias, e de que as suas formas de legitimação são sempre “impuras”, por mais que estejam consagradas na “lei”. A lei é indispensável, mas também arbitrária, humana, contingente... e legitimadora de muitas injustiças. Problema filosófico-político complicado!

Enfim, quando para muitos a humanidade chega às portas da “história” (há cerca de 5.000 anos nos sítios mais precoces do mundo, mas muito mais tarde em quase todo o lado) já para mim, para as pessoas como eu, “les jeux sont faits”, a questão deixa de me interessar como investigador de forma tão premente. Um pouco como acontece com o ser humano, como dizem os psicólogos: a pessoa (personalidade, etc.) define-se nos primeiros anos de vida.

Nunca me interessei pela arqueologia dos “achados”, dos “espólios”, dos “cacos e das pedras” (ou – ainda muito menos – de outros achados mais prestigiosos, incluindo jóias, obras de arte, monumentos grandiosos – isso era mais para certa história da arte que também já passou...) que tanto parecia (e parece) entusiasmar ainda muitos dos meus colegas e alunos. As fatigantes e propaladas descobertas, as revelações, supostamente básicas para “reconstituir o passado”! Tive também, naturalmente, que passar por esse longo purgatório, para me certificar e “validar” como arqueólogo. Mas fi-lo para me libertar tão cedo quanto possível, e para ficar disponível para os verdadeiros problemas, que não têm a ver com achados de sítios nem de objectos, mas com trabalho perseverante e a um outro nível de questionamento intelectual.

Tão pouco me senti alguma vez verdadeiramente um historiador, uma pessoa com vocação para narrar histórias com continuidade e verosimilhança, mostrando como determinadas situações só podiam ter tido como consequência outras bem determinadas, conhecidas “a priori”. Frequentemente senti isso um acto de prestidigitação, de como quem tira coelhos da cartola.

Sempre, ao contrário, gostei de tentar saber o que é mais difícil, o que é inesperado, o que ainda não sei. O que exige de nós uma grande concentração da atenção. Sempre para mim foi muito mais importante a pergunta do que a resposta, a inquietação do que a conclusão – o “já está”. Nunca, em investigação, algum problema está jamais resolvido – isso é uma ilusão do curto prazo ou de um pensamento simplista ou preguiçoso.

O que não quer dizer que a história, como muitos saberes, não me tivesse interessado sempre muito, até hoje – mas só certa história, que não é muito frequente ver praticada, muito entrosada com a antropologia e com as restantes ciências sociais. Detesto a história “académica” das curiosidades ou pormenores pitorescos. Os eventos cansam-me (por isso havia um professor que achava que eu devia ter escolhido filosofia; por isso, no âmbito literário, nunca escrevi histórias – contos, novelas, romances –, mas poemas). Todavia, não ignoro que há obras que exigem um fôlego que se não compadece com a imediaticidade – como também sei que escrever um bom aforismo, ou poema, pode ser tão difícil como redigir um longo romance. Raramente se encontra a fórmula certa, fulgurante, mas persistente.

Aquelas “descrições históricas” em que muitos se comprazem podem ser interessantes, podem constituir a beleza da vida vivida, mais ou menos impregnadas de “sabedoria”, que não precisa de se expor declaradamente para estar lá, mas muitas vezes não passam de exercícios de entretenimento, de futilidade ou de coleccionismo, que nada acrescentam à compreensão do humano e do social. Têm o fetiche do inédito, do pormenor desconhecido, do “horror vacuum”.

Quando muito são, no melhor sentido (o da arte) um género literário que pode ser prenda de interesse, nomeadamente do que nele existe de experiência amadurecida, como em Proust, Vergílio Ferreira, Carlos de Oliveira, por exemplo. Não desconheço que uma boa “obra de arte” pode valer por mil “obras de ciência”.

Mas acima referia-me mais à historiografia que não articula a micro com a macro-história, do que propriamente à narrativa romanesca (embora entre narrativa histórica e romanesca existam, como é sabido, muitos cruzamentos; enfim, estou apenas a expor tópicos de temáticas muito complexas). Na literatura de ficção aprecio mais obras como as de Maria Gabriela Llansol, por exemplo, do que o romance mais “clássico”, passe a expressão.

O importante mesmo é o estabelecimento de conceitos, que não sejam descarnados, abstractos e tão enfadonhos como o saber enciclopédico dos eruditos, dos que só sabem detalhes. Mas que sejam pensamentos ligados ao prazer da vida, dos sentidos, do corpo, de como quiserem chamar-lhe. Articulados com o prazer e o poder de se perceber o que se anda a fazer, à circunstância de nos sentirmos em equilíbrio e em harmonia com uma postura, um caminho, com uma busca, no rumo “certo”, por muito que isso seja uma ilusão, em correcção constante.

Dito isto, as escavações arqueológicas foram e são para mim ainda hoje essenciais. Não tanto à procura de nada em especial, mas pela experiência do confronto com uma realidade exterior que resiste à compreensão e aos esquemas simples, que vai sendo “fabricada”, e que vai tendo de ser registada, explicada, e nunca de forma solitária, mas em grupo.

Esse é um processo que gosto até, se for caso disso, de liderar, porque me obriga a estar muito mais atento aos “saltos” que às vezes é preciso imprimir a um trabalho que nada tem de rotineiro, embora (se tiver mesmo muita confiança em quem manda) nele me possa integrar como um simples colaborador, como aconteceu frequentemente. Evidentemente que há muitas formas subtis de liderar (voltamos à questão do poder...).

As questões que subjacentemente me interessam são: que é um ser humano? Que razão temos para diferenciar a “natureza” da “cultura”? Que seres são os animais que nos rodeiam? Que significa falar, e, mais em geral, comunicar? Que transmite o corpo, e o seu movimento? Que tipos ou formas de relações sociais podemos encontrar no espaço e no tempo? Quão exótica, relativa, e portanto arbitraria é toda a minha filosofia incorporada, e portanto tudo aquilo que me ensinaram como certo e inexpugnável? Que significa o mundo material e os objectos (a começar pelo nosso corpo) com que permanentemente lidamos?

O que se esconde num rosto, nas suas infindas expressões? Que é ser um homem, que significa ser um heterossexual como julgo ser, e que significado têm outras formas de desejo e de comportamento? Qual a cosmovisão de uma mulher, de um jovem, de uma pessoa dita homossexual, se é que é legítimo caracterizar um ser humano com tal epíteto? Tem sentido pensar em sociedades, em culturas, ou em sociabilidades? Que é a arte, em que consiste precisamente a actividade poética?

Por que nos inculcaram esta divisão entre letras e ciências, entre investigação e vivência, entre lazer e trabalho? – não me revejo nessas dicotomias, que são castrantes e impeditivas de se praticar interdisciplinaridade, que é, como já referi, o que há de mais difícil, e não sem justificação encontra particulares resistências nos pequenos poderes instalados.

Gozo evidentemente muito mais quando estou a fazer uma coisa de que aprendi a gostar, a fazer minimamente bem (qualquer que ela seja) do que a realizar algo a que sou obrigado, nomeadamente comportar-me segundo a maioria dos padrões sociais a que todos os dias me vejo, como os outros, compelido (incluindo as divisões do tempo, os horários, os ritos quotidianos do lavar e do vestir e despir, etc.). Há em mim um “fundo” de rebeldia.

Irrita-me sobretudo muito que disponham do meu tempo, interrompendo o que há de mais precioso, esse capital que está em permanente desgaste. As reuniões sociais e as reuniões ditas “de trabalho” são a pior das torturas, a não ser quando estou com alguns colaboradores de interesse, ou com uma equipa de autêntico trabalho, produtiva, actuante, interactiva, e, realmente, me sinto feliz por estar a produzir algo em comum. Mas enfim, ainda o pior são as pequenas resistências burocráticas, os “funcionários” que encontramos pelo caminho

e nos fazem só perder tempo com futilidades, arbitrariedades, as quaiestais indivíduos nos pretendem apresentar como se fossem leis divinas.

Só participo naquelas coisas mais ou menos institucionais por ser mesmo obrigatório, em termos de imagem social, ou de manutenção da minha profissão (nos seus aspectos menos interessantes), da qual não posso prescindir. Caracterizo-me (ou construí essa imagem e forma de estar para mim próprio, é o mesmo) por uma vida de trabalhador inveterado, de certo modo espartano; porque de facto acredito que é aí que a mais parte da gente com mais valor falha. Têm fulgor, mas são como uma lâmpada que se funde depressa. Porém, nada há mais estúpido do que o trabalho pelo trabalho, duma corveia que se sente como tal, e que se prossegue por rotina ou necessidade.

Respeito muito as tarefas administrativas e de responsabilidade política, e aquelas pessoas que a elas se devotam, a bem do serviço público. Que seríamos nós sem elas, sacrificadas, mal pagas, com as suas vidas devassadas pela voracidade dos média? Penso que até teria certa vocação para tal tipo de tarefas. Mas, no meu caso, como se costuma dizer, “já dei para esse peditério” – nunca tive pessoalmente interesse em tais actividades, e para os cargos mais “notórios” que tenho ocupado fui sempre “empurrado pelas circunstâncias”. Basicamente sou um escritor, um professor, um investigador, um comunicador, um líder de pequenas iniciativas de grupo, de modestas actividades associativas. Tudo o resto são excrescências, ritos que representam para mim perdas de tempo. Não é por ocupar postos de relevo que desejo ser lembrado – se o merecer – mas pelos livros que deixar. E, relativamente a isso, há sempre aquela sensação de que o livro que devia ter escrito ainda está por fazer.

Ouvir música, ler e escrever poesia, ler e redigir ensaios, encontrar uma fórmula para exprimir algo de forma nítida (por mim, ou nos livros de outros), comunicar isso logo, num desejo premente de contacto, são algumas das minhas alegrias.

A síntese (reflexiva ou poética), o aforismo que atinge em cheio o alvo, é um momento excelente de intensidade (bastantes livros que se publicam estão cheios de “palha”, levando imenso tempo até se atingir essa intensidade que salva a leitura). Como também gosto muito de passear, de procurar livros e discos, cruzar informações e fazer descobertas, ter experiências novas (desde que reconfortantes, porque uma já longa vivência dá para perceber que infelizmente 80% das coisas e das pessoas não parece terem assim grande interesse, pelo menos nos contactos breves que a vida permite, embora seja preciso passar por essas desilusões para fruir os outros 20%...). Não sei como se pode viver só, sem um interlocutor, sem um cúmplice da nossa intimidade, mesmo que isso inclua negociação quotidiana e permanente disputa de poder (lá volto ao mesmo...).

O meu caminho nunca foi, nem será, com certeza, linear. Nunca me senti “cartesiano”, legalista, arquivista; sou mais desconstrucionista e pós-moderno, liberal, pessoa que esquece depressa o que lhe não interessa, por temperamento. Mas tentando não cair no relativismo, no anarquismo, ou na futilidade. Nunca foi “organizadinho”, embora tenha algum “método” no que faço e procure ser consequente, levando a bom porto – desde que de mim dependa – as acções que empreendo, nomeadamente quando envolvem outros.

Julgo ser a persistência, e a educação da força de vontade, duas das maiores qualidades de um indivíduo, juntamente com a interrogação permanente e a reflexividade. Eu próprio faço um contínuo esforço para não descolar da terra, para cumprir horários, para corresponder às expectativas dos que de mim dependem. Não ter coragem para enfrentar os momentos e

os problemas difíceis é uma das coisas que mais desqualificam, aos meus olhos, uma pessoa.

Tenho muita pena de não rir tantas vezes quantas queria, a começar por mim e pela seriedade e aparente convencimento dos outros, mas acho que a coisa mais maravilhosa de se sentir é mesmo a felicidade, o amor, a boa disposição, a disponibilidade para o que interessa, uma certa juventude de espírito ligada à curiosidade, uma certa tranquilidade de consciência, a sensação de que se está no lugar certo a fazer o que é certo. A perda da consciência do tempo – mesmo que se esteja numa intensa actividade.

Não há nada de melhor do que sentar-me ao fim de um dia de trabalho de campo num sofá, antes de tomar banho, com toda a carga de “natureza” (de sujidade, se quisermos) que o corpo ainda transporta e respira (como se fosse uma espécie de bicho selvagem) e ouvir uma peça de Bach em absoluta solidão. No meio do campo, longe da cidade e da sua complexidade estimulante, mas fatigante.

Sem ligar a telefones, telemóveis, mails, mensagens – tendo o privilégio de esquecer o mundo e os seus constrangimentos (por isso as pessoas sabem que nunca devem telefonar-me durante uma escavação, pois a felicidade que essa actividade é capaz de me proporcionar reside precisamente em reduzir todos os problemas a um só, o desse trabalho analítico que nos suga completamente para “a realidade”). Para depois ir ter, ao jantar, com os meus companheiros, sentindo-me digno do seu respeito e da sua amizade. Custa-me muito, então, que haja pessoas que me evitem, por timidez ou por espírito de grupinho fechado, sempre tão mediocrizante.

Eis os prazeres de uma pessoa estruturalmente simples, sempre em busca (mal disfarçada) de um sinal genuíno, profundo (detesto pequenas prendas e rituais) de afectividade dos outros. Nesse aspecto sou mesmo muito, muito exigente. Detesto a mediania, incluindo a do afecto. Mas com certeza que, na maior parte do que faço, também não me consigo afastar dessa mediania que tanto procuro evitar...

Sou também um espírito algo “barroco”, uma pessoa que se exprime em muitos sentidos, que busca em muitas direcções, dando “saltos” de uma coisa para outra, como se trabalhasse num espaço virtual, com vontade de encontrar, mais à frente, a encruzilhada onde todos os eixos se cruzarão, e por momentos ganharão sentido. Detesto a arrogância, a brutalidade, o auto-convencimento, a frivolidade, o culto da imagem, o ridículo de todas as extroversões, a bebedeira e o fumo. Não gosto de mulheres que pensam que seduzem só pela imagem que emitem, que julgam que os homens só se deixam convencer pelo corpo, pela pele, ou por meia dúzia de truques banais. Detesto os jogos vulgares de pré-acasalamento, lembram-me manuais de zoologia. Estou sempre à espera de algo de muito sofisticado, de muito surpreendente, que nunca acontece, embora em boa verdade eu próprio também não me sinto muito vocacionado para essas “artes”. Sou uma pessoa de paixão e de continuidade, não de entusiasmos mutantes e de nomadismos erráticos; sempre que tentei assumir essa imagem, falhei.

Com o tempo, os meus interesses “intelectuais” alargaram-se, mas evidentemente mais por uma questão de reflexividade do que de curiosidade enciclopédica. De facto, percebi como a arqueologia, que escolhi como profissão e matéria de ensino, é uma actividade recente, “moderna”. E que para perceber quem sou, e porque tinha optado por ela, tinha de estudar o projecto da modernidade, a história recente da minha própria cultura, europeia, ocidental, cristã, branca.

Isso levou-me a um grande interesse por todas as ciências sociais, sem excepção, convencido que estou de que, sem essa bagagem cultural, colhida nas melhores obras (o que,

para um autodidacta, leva muito tempo a seleccionar... é como as pessoas com quem se está), a arqueologia não nos leva a parte alguma. Aliás, há muitos anos que percebi que a arqueologia que me interessava tinha tudo a ver com a antropologia, com a semiologia do espaço, com a arquitectura, com as artes, com a sociologia, com o que se agrupa sob a designação de psicanálise... etc.; nomeadamente, sem se saber antropologia é absolutamente impossível fazer qualquer coisa de jeito em pré-história, a não ser construir bases de dados ou elaborar relatórios, ou ainda fazer apresentações multimédia que interessam ou até fascinam os mais jovens, mas que não têm qualquer utilidade por si sós. São jogos de entretenimento. Só depois de muito estudo se podem transformar em ferramentas utilíssimas. Mas só depois! Claro que todas as novas tecnologias se devem começar a treinar muito cedo, porque são imprescindíveis mais tarde. Tal como as línguas, tal como a música, toda a gente devia ser mergulhado nelas desde cedo.

Mas sem ler muito, sem estudar muito, não se vai a parte alguma – e isso implica algum afastamento da vida corrente. Porém, isolado, também não se faz nada. Não há diálogo, não há estímulos, não há a palavra crítica dos outros que nos permite contrapor, debater, progredir. E como neste país não há ainda a massa crítica desejável, é óbvio que é decisivo contactar com muito bons autores estrangeiros. Se possível, trazê-los cá, e não, algo egoisticamente, usufruir deles apenas a título individual, deslocando-nos “lá”, como fazem tantos dos meus colegas; alguns destes ainda não compreenderam totalmente que o ensino e a aprendizagem implicam uma postura de cosmopolitismo e de diálogo internacionais, em que um indivíduo tanto se sinta em casa numa choça de camponeses como num “campus” de prémios nobel.

Uma universidade onde todos os dias não circulem professores estrangeiros não é digna desse nome: é uma paróquia. É por isso também que uma boa universidade tem de ter um aeroporto acessível, porque o aeroporto é hoje “o portão da cidade”.

Agora, fazer vida nómada, agarrado a um telemóvel e a um portátil, de colóquio em colóquio, de aeroporto em aeroporto, a perder tempo com contactos internacionais sem ligação com uma linha de pesquisa consequente, isso é apenas gesticulação sem qualquer interesse, um fazer de conta que se está ocupado, quando se não tem, de facto, projecto algum, muito embora se possa estar a “gerir”, até, vários ao mesmo tempo. Uma pessoa vê-se pelas obras que publica, ponto final.

Há colegas que parecem entontecidos pelo estafado prestígio das viagens, mas suspeito que se trata, evidentemente, de uma nova forma de turismo, de uma tendência para a aceleração própria do tempo, característica da modernidade. A ganância do futuro, da acumulação, da capitalização do ego. Um ego em sofrimento?...

Assim nunca conseguirão escrever o único livro digno desse nome, embora possam até ter hoje grande “reputação” internacional. O mundo está cheio de “gestores” da arqueologia e áreas afins (aliás, de todas as áreas; todas perversamente se tornaram sub-sectores da gestão!), com grande capacidade de convencimento (e de auto-convencimento, pelos vistos) de que andam a fazer algo. Alguns dos projectos em execução, como certas obras que consomem mais dinheiro, não têm interesse científico-cultural absolutamente algum. Simplesmente, há muito pouca gente suficientemente competente para avaliar resultados. E esta actividade dita “profissional” dá emprego a muitos jovens...

Há muito tempo, pois, que percebi que uma posição de observação em relação ao meu próprio trabalho (o vê-lo de uma meta-posição) era fundamental para reflexivamente enten-

der o que fazia, para cartografar a minha actividade no quadro de outros saberes, de outras experiências, para poder planear a minha trajectória (até onde isso fosse possível) com o máximo de eficácia. Daí o interesse por um vasto leque de saberes, que julgo não ser dispersão, mas verdadeira pesquisa, recolha de materiais para a “síntese”. Ambiciosa atitude, por certo; mas só vale a pena viver com ambição, com vontade de “descolar do formigueiro”.

A partir de 1990 (em que fui finalmente contratado no lugar de topo de carreira, circunstância cujo único interesse é uma pessoa não se ter de incomodar mais com isso. De facto, isto da carreira é como o dinheiro – só interessa até ao ponto de não termos de pensar mais nisso, visto ter um significado meramente instrumental) pensei ampliar a minha actividade em três direcções (não falo agora em poesia).

Aumento de escala a nível de estabelecimento de redes em arqueologia peninsular, por forma a sair do isolamento imediato (congressos, etc.); aumento de escala a nível problemático (só de fora da arqueologia vem o que verdadeiramente importa a esta – interesse pelas ciências sociais, aumento de bagagem cultural para poder dialogar com outros investigadores); internacionalização para o mundo de língua anglo-saxónica, o único em que se pode progredir a nível de debate global, no campo que escolhi, o das arquitecturas “primitivas”, vernáculas, pré-históricas, como queiram chamar-lhes.

Neste último âmbito – sem esquecer a França, à qual me ligam tantos laços, e a Espanha, país que amo, e que é a continuação do meu – criei uma revista em língua inglesa (JIA), que procura superar os efeitos de poder discricionário e autoritário que se escondem por detrás das revistas internacionais com “referees” publicadas noutros países, que em geral não são senão “lobbies”, sistemas sofisticados de exclusão, com aparência de “inserção”, como outros quaisquer.

Mais recentemente, já neste século (...) decidi avançar de forma mais afirmativa noutras direcções: compreensão mais óbvia de que é fundamental ter livros publicados em editoras com capacidade de os expandir no mercado; e, complementarmente, usar a internet para, através de páginas web ou e-journals, nos apresentarmos lá fora ou cá dentro, num caminho que aponta para a auto-edição sem intermediários.

Sem este último meio não se vai também a lado nenhum. É preciso “estar ligado” permanentemente, e procurar construir a teia de relações com pessoas que estejam interessadas no mesmo assunto que nós. Para isso, é preciso expor esse assunto em inglês; e, depois, é preciso ir (aleatoriamente ou não) à procura de pessoas para tal assunto, com base nesse “cartão de visita”. Isto é também fundamental para estabelecer uma escola e para criar alunos – não discípulos que só repetem o que dizemos, mas alunos que são companheiros de estudo.

Finalmente, qual a importância da antropologia (social ou cultural, designação que, como se sabe, varia com os países) para um arqueólogo da pré-história que queira ser um investigador? Note-se que há muitas antropologias, muitas correntes de pensamento e de experiência, e que a antropologia é, ela própria, um campo muito poroso a outras disciplinas. Ou, quando não é, devia ser, nomeadamente à sociologia e à filosofia, mais exigentes (por norma) em termos conceptuais.

Não se trata, é claro, de ir buscar às míticas “sociedades primitivas” exemplos de almanaque ou de catálogo para interpretar as sociedades pré-históricas. Trata-se apenas de exercitar, tão amplamente quanto possível, as diversificadíssimas formas de sociabilidades que nos foi até hoje, e à escala do planeta, possível repertoriar. Incluídas aí as técnicas, os

modos de subsistência e de intercâmbio, as representações, as expressões materiais da vida, as relações com o meio, etc. E dessa forma habituarmo-nos a comparar, e a comparar realidades muito diversificadas, não para encontrar universais, tipos ideais, ou estruturas (por exemplo, uma sociedade de horticultores de certa zona do mundo teria quase necessariamente uma representação do espaço de tal tipo, etc.), mas pelo menos para não afirmar como peremptórias relações causais que um mínimo de cultura faria ver como arbitrárias, para não dizer mesmo infantis, na terminologia e na problemática. Há coisas que não se podem escrever e publicar, sob pena de se perder a credibilidade dita científica (para não dizer o emprego... isto, pelo menos, num país utópico, ou pelo menos mais exigente do que o nosso).

Sabemos hoje que cada época, cada tempo, cada lugar, cada experiência, foram realidades em última análise únicas, irrepetíveis, isto é, “históricas”. A finalidade da pré-história não é descartá-las como impossíveis de compreender ou de “atingir”, mas demasiado optimismo a tal respeito seria não só descabido, como teoricamente desajustado.

Que queremos, afinal? Voltar ao passado longínquo nalguma “máquina do tempo” e portanto mergulhar nesse mítico “presente”, fazendo sobre ele uma reportagem ou uma investigação directa, em termos de observação participante? Mas então estaríamos confrontados – caso a suposta e imaginária população em que “desembarcássemos” nos aceitasse em tão utópica tarefa – com os mesmos problemas de um jornalista ou de um etnólogo. Observaríamos e registaríamos fracções ínfimas de uma quotidianidade (incluindo as versões que sobre elas os “indígenas” nos pretendessem transmitir) sem qualquer garantia de objectividade... ou de grande acrescento sobre o essencial do que queremos saber, hoje, sobre essas comunidades. Este desígnio infantil, mesclado de positivismo banal, é absurdo, como se vê.

O nosso objectivo não é presentificar o passado, tornando-o presente, mas precisamente o contrário, perspectivá-lo como passado, como algo que é construído a partir daqui e de agora, e que só tem sentido para aqui e para agora.

O nosso caminho não é nem pode ser linear, nem regular, nem contínuo. Tem sobresaltos, tem intuições súbitas, tem planaltos de rotina, tem de ter uma permanente dialógica entre todos os tipos de informações e de experiências, descartando o que parece inverosímil, e pondo em destaque o que é sugestivo e parece digno de ser observado com mais atenção.

Aprender é como viver – é uma realidade sempre algo incómoda, imprevisível, sempre em dialéctica entre o programado e o inaudito, o repetido e inesperado. E sabemos como hoje o imprevisível e o risco, neste viver acelerado, nesta sociedade “pânica”, estão entre nós, todos os dias. Os nossos adversários e os nossos amigos já se não distinguem tão bem. As solidariedades e as fidelidades atenuaram-se. Tudo é fluido, tudo provoca desconfiança, ou, pelo menos, incremento de prudência.

Ser uma pessoa adulta e criativa é hoje muito mais difícil do que há trinta anos, suponho. Mas também há grandes motivos de exaltação e de esperança. Não temos outro remédio senão avançar, sempre à espera do pior e do melhor, em estranha e inusitada conjugação. Construindo caminho, e sabendo que cada dia nos aproximamos um dia do seu fim, que não está em lado nenhum pré-definido.

Porto, Abril de 2005
Vitor Oliveira Jorge